



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

PROFESSOR: JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA SILVA

SEMESTRE LETIVO/ANO: 2026/1

1- IDENTIFICAÇÃO:

Curso: Direito

Disciplina: Direito Eleitoral

Professor: José Renato de Oliveira Silva

Carga Horária: 60h/a

Semestre Letivo/Ano: 2026/1

2- EMENTA

Conceito e fundamentos do direito eleitoral. Princípios. Histórico no Brasil. Constituições. Fontes. Democracia. Sufrágio. Legislação eleitoral. Projeto do novo Código Eleitoral (Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021). Direitos Políticos Positivos e Negativos. Condições de elegibilidade. Privação: Cassação, Perda e Suspensão. Inelegibilidades. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Advocacia Eleitoral. Sistemas eleitorais. Partidos Políticos e Federações. Coligações. Financiamento dos partidos políticos. Prestação de contas. Alistamento Eleitoral. Domicílio. Convenções partidárias. Registro de Candidaturas. Cotas de gênero e raciais. Arrecadação, gastos e prestação de contas das campanhas eleitorais. Propaganda eleitoral. Votação. Proclamação dos eleitos e diplomação. Processo judicial eleitoral. Ações e representações eleitorais. Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral. Recursos eleitorais cíveis e penais.

3- OBJETIVOS:

Preponderantemente, promover o aprendizado interdisciplinar, consciente e crítico, através da busca de informações divorciada de qualquer sentimento de onipotência frente ao objeto de estudo. Viabilizar que os alunos associem a teoria à prática, visando compreender a importância da disciplina. Após conhecer e contrapor tais informações, viabilizar os questionamentos e possíveis conclusões, buscando estimular o(a) aluno(a) à compreensão e



entendimento com relação ao assunto em estudo, proporcionando-lhe condições de desenvolver satisfatoriamente o conhecimento em um contexto histórico, técnico, jurídico e filosófico.

Em termos de habilidades humanas e profissionais, desenvolver o aprendizado através das pesquisas, estudos de casos, trabalhos em grupo e individuais. Estimular a comunicação e debate entre as diversas correntes doutrinárias e jurisprudenciais, de modo a estabelecer um alicerce pluralista sólido e saudável para o desempenho da vida profissional e acadêmica. Desenvolver uma experiência didática participativa e crítica do direito material e processual eleitoral, com flexibilidade para abarcar as particularidades regionais e sociais do meio universitário local e sem descuidar da interdisciplinaridade com as demais vertentes do direito, especialmente constitucional. Propiciar aos acadêmicos experiências e conhecimentos suficientes para formação e desenvolvimento de trabalhos profissionais e acadêmicos na área de Direito Eleitoral, e que, ao final do curso, estejam conscientes da importância da disciplina para a consolidação e defesa da democracia.

4- METODOLOGIA:

- Aulas expositivas do professor e eventualmente convidados.
- Aulas interativas com os discentes.
- Estudos de casos.
- Trabalhos e pesquisas individuais e em grupo.
- Conhecimento prático da Justiça Eleitoral, se possível através de aulas a campo.

5- AVALIAÇÃO:

No mínimo 3 (três) e no máximo 4 (quatro) avaliações escritas compostas de estudos de casos e questões a serem respondidas pelos alunos, individualmente ou em grupo.

6- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
O direito eleitoral como ramo do direito público. Conceito de direito eleitoral. Fontes.
Princípios do Direito Eleitoral. O Direito Eleitoral no Brasil. Constituições brasileiras e o direito eleitoral. O direito eleitoral e os direitos políticos na Constituição Federal de 1988.



Codificação eleitoral. Projeto do novo Código Eleitoral em tramitação no Congresso Nacional (Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021)
Direitos políticos. “Positivos e negativos”. Condições de elegibilidade. CF e legislação ordinária. Elegibilidade dos militares.
Direitos políticos “negativos”. Privação dos direitos políticos: cassação, perda, suspensão, “impedimento”. Inelegibilidades. Desincompatibilização
Sistemas eleitorais. Majoritário de maioria simples e de maioria absoluta.
Sistema Proporcional. Lista aberta e lista fechada. Quociente eleitoral e quociente partidário. Sobras. Sobras das sobras. Percentual mínimo de votação pessoal. Sistema Distrital.
Partidos políticos. Histórico. Definições sob as óticas liberal e marxista. Partidos políticos no Brasil. Natureza jurídica. Caráter Nacional. Cláusula de barreira gradual da EC 97/2017. Federações. Coligações.
Princípios Constitucionais sobre os partidos políticos. Financiamento. Fundo partidário. Imunidade tributária. Prestação de contas. Coligações. Fidelidade partidária.
Sistemas de controle eleitoral. A Justiça Eleitoral no Brasil. Competências: administrativa, regulamentar, consultiva e jurisdicional. Organização. Órgãos. Composição e atribuições. O Ministério Público Eleitoral. A Advocacia eleitoral.
As fases do processo eleitoral. Alistamento. Domicílio eleitoral. Transferência de título eleitoral. O direito de voto dos indígenas. A situação dos presos temporários.
Convenções partidárias. Registro de candidaturas. Prazo mínimo de filiação e de domicílio. Número de candidatos a registrar. Cotas de gênero. Procedimento. Documentação. Quitação eleitoral. Impugnação e notícia de inelegibilidade ou falta de condição de elegibilidade. Momento de aferição. Procedimento da ação de impugnação de registro de candidatura.
Propaganda política: partidária, intrapartidária, eleitoral. Pré-campanha. Propaganda em bens públicos e bens particulares. Impressos. Comícios. Carros de som. Imprensa escrita. Programação normal de rádio e Tv. Horário eleitoral obrigatório. Debates. Pesquisas eleitorais. Propaganda eleitoral na internet. Formas vedadas.



Votação e apuração. Diplomação. Abuso de poder no processo eleitoral: econômico, político e cultural. Financiamento e Prestação de contas das campanhas eleitorais.
Processo judicial eleitoral. Ações eleitorais: AIRC, AIJE, RCD, AIME Representações dos artigos art. 30-A, 41-A, 73 e 96 da Lei 9.504/97. Direito de resposta. Ação de justificação de desfiliação partidária. Ação de perda de mandato por infidelidade partidária. Ação rescisória eleitoral.
Crimes Eleitorais. Polícia judiciária eleitoral. Processo penal eleitoral.
Recursos processuais eleitorais. Considerações gerais. Prazos. Efeitos. Recurso eleitoral inominado. Demais recursos.

7- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar – Tribunal Superior Eleitoral

- Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral>

Código Eleitoral - Coleção Maxiletra - 26ª Edição (2022)

- Editora: Rideel; 26ª edição
- Capa comum : 528 páginas
- *Opção: Saraiva (se houver edição mais recente)*

Direito Eleitoral

José Jairo Gomes (autor)

- Editora: Atlas; 20ª edição (2024)
- Capa comum: 1128 páginas

Manual de Direito Eleitoral - Volume Único

Rodrigo López Zilio (autor)

- Editora: JusPodivm; 10ª edição (2024)
- Brochura: 1152páginas

Curso de Direito Eleitoral

Roberto Moreira de Almeida (Autor)

- Editora: Juspodivm; 17ª edição (2024)



- Capa comum: 832 páginas

8- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Elementos de direito eleitoral -

Carlos Mário Da Silva Velloso (Autor), Walber de Moura Agra (Autor)

- Editora: Saraiva Jur; 8ª edição (1 novembro 2022)
- Capa comum: 768 páginas

Direito Eleitoral - 3ª edição 2022 Capa comum – 10 julho 2022

Clever Vasconcelos (Autor)

- Editora: Saraiva Jur; 3ª edição (10 julho 2022)
- Capa comum: 336 páginas

Curso de Direito Processual Eleitoral

Daniel Castro Gomes da Costa (Autor)

- Editora: Fórum; 3ª edição (28 julho 2022)
- Capa comum: 928 páginas

Cáceres/MT, 20 de fevereiro de 2026.

Prof. José Renato de Oliveira Silva